

# ARTE E SUAS INSTITUIÇÕES

XXXIII COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

Organização

Ana Cavalcanti

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Setembro 2013





Sobre a imagem da capa: Trabalho de CARLOS ZÍLIO - "Rubens on the beach II, 2007, óleo e bastão de óleo sobre tela, 140x180cm".

## **Entre negociações e disputas: a doação da coleção Geyer ao patrimônio público**

Maria Inez Turazzi - Museu Imperial/Ibram

**Resumo:** Esta comunicação trata do processo de incorporação de uma coleção privada ao patrimônio público, visando a compreensão e o enfrentamento de alguns desafios do sistema de arte no Brasil. Pretendemos trazer à discussão, no âmbito do XXXIII Colóquio do CBHA, escolhas e decisões relacionadas à coleção Geyer, conhecida brasileira doada ao Museu Imperial, em abril de 1999, e o aparato jurídico, institucional e simbólico que fundamentou esse processo. O falecimento do colecionador Paulo Geyer, em 2004, e uma ação judicial contrária à União movida posteriormente por sua viúva, em desacordo quanto à abrangência da doação, formam um quadro de negociações e disputas envolvendo uma das maiores doações a um museu brasileiro.

**Palavras-chave:** Museus; Coleções; Doações; Patrimônio brasileiro; Coleção Geyer

**Abstract:** This paper deals with the process of incorporation of a private collection to state property, regarding the comprehension and overcoming of some challenges related to the art system in Brazil. We intend to bring to the discussion within the CBHA

XXXIII Colloquium, choices and decisions related to the Geyer collection, known 'brasiliana' donated to the Imperial Museum in April 1999, and the legal, institutional and symbolic apparatus that founded that process. The death of the collector Paulo Geyer, in 2004, and a lawsuit against the Union, later filed by his widow arguing the scope of the donation, set up a framework for negotiations and disputes involving one of the largest donations to a Brazilian museum.

**Keywords:** Museums; Collections; Donations; Brazilian heritage; Geyer Collection

## Introdução

Aberto ao público em 1943, depois da compra do Palácio Imperial de Petrópolis pela União, o Museu Imperial tem recebido, desde a sua criação, em 1940, doações de colecionadores que enriqueceram o acervo inicial do museu, hoje abrigando entre essas coleções uma importante brasileira, a exemplo de instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional.

As brasileiras, como sabemos, caracterizam-se por serem coleções que abrangem bens culturais sobre o Brasil criados por aqueles que, conseguindo romper o cerco da metrópole portuguesa ao olhar estrangeiro sobre esta parte do mundo, construíram relatos visuais e textuais do lugar e sua gente na condição de viajantes eventuais ou estrangeiros aqui radicados. Relatos que, no decorrer

do século XIX, se multiplicariam com o advento das viagens turísticas e o incremento das missões artísticas, diplomáticas, científicas e comerciais.

Em sentido restrito, uma brasileira compreende tão somente todos os livros sobre o Brasil, impressos desde o século XVI até fins do século XIX e os livros de autores brasileiros, impressos no estrangeiro até 1808. Em sentido mais amplo, no entanto, o termo também engloba a iconografia brasileira desse período e as obras aqui impressas mesmo depois da chegada da Corte portuguesa, em 1808 (a chamada “brasiliense”, como propõe o bibliófilo Borba de Moraes).<sup>1</sup>

Uma brasileira, contudo, não é apenas a reunião de objetos ou documentos que têm entre si, por obviedade, uma ligação intrínseca com o Brasil e os brasileiros, em determinada época e contexto. Mais do que isso, uma brasileira é um conjunto de bens patrimoniais que tem por característica reunir a documentação produzida, coletada e, posteriormente, reunida como inventário de riquezas, paisagens e modos de ser ou viver no Brasil, independentemente do valor de uso e da temporalidade, mais ou menos extensa, desses bens.<sup>2</sup>

Uma coleção com essa abrangência e significação foi o que o casal Geyer doou ao patrimônio público, cientes de que a sua indivisão é uma das condições essenciais da singularidade do conjunto em questão, tanto quanto da expressividade de seu gesto.

---

<sup>1</sup> Cf. MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 4 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Lemos Informação e Comunicação, 2005.

<sup>2</sup> POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Porto: Casa da Moeda, 1984, p. 77.

## **Colecionismo sistemático**

O colecionismo de brasileiras integrou-se, desde sua origem, ainda no século XIX, ao sistema de arte no Brasil, articulando em sua história formas de aquisição (antiquários, leilões, etc.), publicização (exposições, catálogos, etc.), institucionalização (doações, transferências, etc.) e patrimonialização (atribuição de valores, materiais e simbólicos) de bens culturais com forte presença na construção imaginária do “nacional”.

O processo de formação da nacionalidade e organização do Estado nacional promoveu, ao longo do século XIX, um colecionismo de objetos e documentos relacionados com a história, a geografia e a população do Brasil. No século XX, esse tipo de colecionismo expandiu-se, favorecido pela institucionalização da política de patrimônio, pela ampliação do mercado de antiguidades no país e pela facilidade de aquisição de obras sobre o Brasil em países europeus, sobretudo depois da Segunda Guerra mundial.

Por outro lado, a prática do colecionismo foi, e de modo geral continua sendo, sinônimo de uma dedicação sistemática às tarefas de coleta, identificação, inventário, conservação e divulgação de bens culturais reunidos por inclinação pessoal, tanto quanto por motivações de natureza mais abrangente, como o circuito comercial e simbólico desses bens, a valorização comparativa de uma coleção diante de outras coleções e, não raro, o reconhecimento social do próprio colecionador por outros segmentos da sociedade.

De modo que a história de uma coleção não se restringe ao levantamento das inclinações pessoais e curiosidades intelectuais que lhe deram origem, nem o inventário dos bens que a integram se circunscreve à simples taxionomia dos objetos ali reunidos ou ao arrolamento de seus dados empíricos. Uma coleção precisa ser interrogada, em permanente diálogo com as práticas e representações daqueles que a formaram, assim como daqueles que, posteriormente, se empenham na tarefa de identificar, organizar, preservar e divulgar esse legado como patrimônio de uma coletividade mais ampla.

Ao discutir o papel das viagens entre as formas de aquisição de arte europeia por colecionadores brasileiros, o historiador Paulo Knauss, também membro do CBHA, ressalta o “caráter sistemático” da prática de colecionar no Brasil, no decorrer do século XIX, onde “longe do que talvez se possa supor, os colecionadores eram dedicados à tarefa intelectual de ordenar e classificar os objetos de sua coleção, evidenciando os focos de seu interesse”.<sup>3</sup>

Essa tradição intelectual, ainda que muitas vezes terceirizada em seus aspectos práticos, já no século XX, foi responsável pela composição e abrangência da coleção Geyer, tanto quanto por seu estágio de organização e informatização ao ser doada para o patrimônio público, qualidades que se mostraram decisivas na solução de uma grave disputa judicial envolvendo esse acervo.

Adquiridas através de compra ou permuta com outros colecionadores, bem como em leilões e antiquários

---

<sup>3</sup> KNAUSS, Paulo. “O cavalete e a paleta; arte e prática de colecionar no Brasil”. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 33, 2001, p. 30.

do Brasil e do exterior, muitas obras que hoje integram a coleção Geyer pertenceram a brasileiras de colecionadores do passado, como o historiador Francisco Marques do Santos (ex-diretor do Museu Imperial), empresários como Alberto Lee, Cândido de Paula Machado e Alberto Soares de Sampaio (este último, pai da senhora Maria Cecília Geyer), entre outros.

Em 1969, Paulo e Maria Cecília Geyer adquiriram, de uma só vez, a residência no Cosme Velho e toda a brasileira ali reunida pelo empresário e colecionador Alberto Lee, obrigado a fazê-lo por razões de ordem financeira. A aquisição representou um enorme incremento no acervo até então reunido pelo casal. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, Alberto Lee comprara no Brasil e no exterior as raridades bibliográficas e iconográficas que consolidaram a fama de sua brasileira, notadamente durante as comemorações pelo IV Centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1965. Afinal, o colecionismo de brasileiras foi, e continua sendo, estimulado pela celebração de efemérides que evidenciam o caráter simbólico dessa prática e seu significado para a construção da memória nacional.

Depois de adquirir a casa e a coleção de Alberto Lee, o casal Geyer promoveu benfeitorias no imóvel, além de decorá-lo com móveis e objetos que, em muitos aspectos, apresentavam elementos evocativos da nacionalidade. Em 1972, durante as comemorações pelo sesquicentenário da Independência do Brasil, Paulo Geyer realizou a primeira exposição pública da brasileira que agora levava seu



nome e sua marca (um ex-libris desenhado pelo próprio colecionador). Para apresentá-la ao público, convidou a pesquisadora Lygia da Fonseca Fernandes Cunha, então chefe da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional e autora de artigos e livros sobre esse gênero de documentação, entre os quais o texto introdutório de umas das obras de referência da coleção Geyer.<sup>4</sup>

O testemunho da especialista quanto à abrangência, excepcionalidade e singularidade da brasileira de Paulo Geyer tinha, naquele contexto, o peso de um reconhecimento que podia ser estendido à competência do próprio colecionador, entre seus pares, na habilidade para reunir um acervo tão significativo sobre o Brasil.

No conjunto de excepcional qualidade, pertencente ao colecionador Paulo Geyer, escolhemos testemunhos que abrangem um período de aproximadamente cinqüenta anos. Artistas e amadores se alternam em visões espontâneas, vibrantes e coloridas, permitindo-nos reconstituir através de tantas preciosidades, um dos mais ricos e fecundos períodos de evolução da cidade. (...) Conhecida de poucos estudiosos, as raridades iconográficas apresentadas nas vitrines do IBEU vêm atender ao interesse e curiosidade de um grande público.<sup>5</sup>

Em fins da década de 1990, preocupados com a unidade da coleção e a garantia de permanência em solo brasileiro dos objetos adquiridos no Brasil e no exterior por mais de cinqüenta anos \_ algo que lhes parecia impossível de ser repetido\_, o casal Geyer escolheu o Museu Imperial, então subordinado ao Instituto do Patrimônio Histórico e

---

<sup>4</sup> GEYER, Paulo Fontainha (org.). **O barão von Löwenstern no Brasil 1827-1829**. Introdução de Lygia F. Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, 1972. Edição comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil.

<sup>5</sup> CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. **Rio de Janeiro: visões do passado; coleção de Paulo Geyer**. Rio de Janeiro: Galeria IBEU, 1972. s/p. Catálogo da exposição.

Artístico Nacional e hoje ao Instituto Brasileiro de Museus, autarquias do Ministério da Cultura, para a tarefa de preservar e divulgar esse patrimônio quando ambos já não pudessem fazê-lo pessoalmente.

A escolha da instituição, entre tantas outras possíveis, pode ser creditada à admiração que nutriam pela gestão do Museu Imperial à época, pelos vínculos que o casal já possuía com a cidade de Petrópolis e, acreditamos, por todo o simbolismo representado pela associação do nome dos doadores a um passado histórico memorável.

### **A doação da coleção Geyer**

A doação de Paulo e Maria Cecília Geyer ao patrimônio público foi formalizada em 8 de abril de 1999, após longas tratativas para a concretização da iniciativa terem sido iniciadas, ainda em 1998, pela diretora do Museu Imperial, Maria de Lourdes Parreiras Horta, em uma complexa negociação junto aos doadores e à direção do IPHAN.

A coleção que motivou e promoveu essa doação é, em sua maior parte, a brasileira reunida pelo casal. Livros, folhetos, periódicos, manuscritos, álbuns de viagem e outras publicações integram uma biblioteca contabilizada no processo de inventário em 2.590 títulos, entre obras gerais e raras. Óleos sobre tela, aquarelas, desenhos, gravuras, litogravuras e fotografias formam um conjunto iconográfico de 1.120 obras, raras e únicas em sua maior parte, produzidas entre os séculos XVI e o XIX. Há ainda

uma documentação cartográfica composta por 79 itens.

O casal Geyer, no entanto, acabou decidindo englobar outros bens ao legado que fariam ao patrimônio público. De modo que, além do núcleo temático e documental formado pela brasileira, Paulo e Maria Cecília também incorporaram à doação os móveis, os cristais, as louças, os tapetes, a prataria e os demais objetos decorativos de sua própria residência, bem como o próprio imóvel do século XIX, em terreno de mais de 10.000 metros quadrados, aos pés do Cristo Redentor, no bairro do Cosme Velho, Rio de Janeiro. A inclusão da residência e das alfaias no processo de doação da brasileira foi motivada pela vontade dos doadores e o compromisso da instituição de individualizar uma “Casa Geyer” como subunidade do Museu Imperial no conjunto dos museus nacionais, a fim de ali abrigar e valorizar um legado tão importante.

A ampla negociação que se seguiu à decisão do casal de transformar uma coleção privada em patrimônio de toda a sociedade — decisão, portanto, tomada ainda em vida por seus proprietários e não por descendentes ou terceiros —, estabeleceu ainda uma cláusula de usufruto para ambos, fato incomum em processos de incorporação de bens móveis e imóveis ao acervo de museus públicos. O casal resguardou, assim, o direito de usufruir da posse de sua casa e coleção enquanto vivessem ou desejassem lá permanecer.

A escritura de doação da coleção e Casa Geyer, depois de exaustivamente discutida pelas partes envolvidas e suas assessorias jurídicas por cerca de um

ano, resultou em um documento bastante preciso quanto à tipificação, qualificação e localização dos bens doados. O documento especifica a natureza dos bens móveis contemplados pela doação (“arte” e “livros” que compõem a brasileira, além das alfaias), assim como a respectiva localização física (cômodos da casa e outras dependências também indicadas) de todo o acervo que estava sendo doado. Assim, a fórmula constante na escritura de doação é aquela que se convencionou chamar de “porteira fechada” para os cômodos ali indicados e seus respectivos bens móveis.

A escolha de um critério classificatório quanto à natureza dos bens doados e, ao mesmo tempo, topográfico quanto à sua localização física como princípio norteador e esclarecedor da doação do casal Geyer foi acordada entre as partes como a melhor opção para o caso dos objetos que, embora já tipificados (móveis, utensílios, louças, pratarias, porcelanas, etc.) e localizados pelo casal (sala de visita, sala de jantar, etc.), nunca haviam sido qualificados e quantificados, assim como para toda a brasileira, conjunto já tipificado, qualificado, localizado e quantificado pelos doadores há anos. Sabia-se, portanto, que as obras de arte, assim como os livros da biblioteca, embora não estivessem quantificados na escritura de doação, compunham uma brasileira assim intitulada e bastante conhecida no meio bibliófilo, acadêmico e artístico que, como tal, não deveria, por conceito ou definição, ser desmembrada.

Nos anos 1990, Paulo Geyer decidira que a catalogação das obras de arte e dos livros de sua brasileira, até então

registrada em fichas pelo amigo Paulo Berger, médico e historiador que também trabalhara para Alberto Lee, fossem transpostas para uma base de dados, em um programa de informática recém introduzido no mercado (o Access). Uma listagem impressa do inventário sistematizado nessa base foi, inclusive, condensada em seis volumes e endereçada pelo casal Geyer, em 1998, ao então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, como anexo à carta na qual formalizaram o desejo de doar sua brasileira.

Registre-se que eram características de Paulo Geyer reconhecidas por aqueles que conviveram com o empresário e colecionador a sua curiosidade tecnológica, capacidade de organização e firme acompanhamento de todos os assuntos que lhe diziam respeito. Por isto mesmo, ele cuidou assiduamente da atualização das informações e avaliações da brasileira nos computadores localizados no escritório da Rua do Carmo, no centro do Rio de Janeiro, e na biblioteca da residência no Cosme Velho, já desde muito antes da doação efetivada ao patrimônio público.

Mas, até então, as informações contidas nessa base de dados e a conferência física da efetiva existência dos bens móveis nunca tinham sido revisadas por equipe especializada. Essa base, de fato, continha algumas imprecisões (duplicidades de informação, erros de digitação e omissões de obras que já se encontravam incorporadas à brasileira, inclusive com o *ex-libris* de Paulo Geyer), razão pela qual ela foi conferida, corrigida e complementada pelo Museu Imperial antes do registro dos bens móveis no Patrimônio da União.

## **Patrimônio de toda a sociedade**

Entre 1999 e 2003, o Projeto de Inventário e Conservação da Casa Geyer foi executado por uma equipe de técnicos do Museu Imperial, com o apoio temporário de prestadores de serviços especializados, em dias e horários acordados com os doadores. O projeto foi estruturado com base em procedimentos previamente definidos e em instrumentos de trabalho especialmente elaborados para a sua execução (ficha de inventário, manual de preenchimento, listagem de descritores, etc.). A coordenação do projeto tomou como ponto de partida a base de dados já existente sobre a coleção e adotou como etapas prioritárias a identificação, a verificação e o cotejo das obras com a base de dados, a revisão de erros e duplicidades desse arrolamento preliminar, o registro textual e a codificação das informações produzidas, bem como a reprodução fotográfica digital da coleção, uma ferramenta inovadora que, àquela altura (1999), apenas começava a ser introduzida nos museus.

O Inventário da Coleção Geyer consolidado pelo Museu Imperial respeitou assim a antiga organização dada pelo empresário à sua brasileira (“arte” e “livros”) e a distribuição espacial da coleção no interior da residência, tal como indicava a escritura de doação. Essa conduta, a despeito de possíveis questionamentos de ordem técnica (como a presença de manuscritos encadernados na relação de “livros”), foi importante para a continuidade do acesso e manuseio das obras pelo próprio colecionador

durante os trabalhos de inventário na residência. Entusiasmado com as atividades relacionadas à coleção e com a nova rotina doméstica, Paulo Geyer acompanhou diariamente, até seu falecimento, em 2004, todo o trabalho realizado pela equipe do Museu Imperial, contribuindo com informações importantes sobre a aquisição e o histórico de muitas peças do acervo. Essas atividades também eram acompanhadas pela doadora, respeitando-se sempre a tranquilidade e privacidade de ambos. Catálogos de leilões, notas e recibos de compra dos bens, transcrições e traduções de obras que integram a Casa Geyer, bem como as anotações sobre a brasileira produzidas pelo colecionador ou por terceiros, constituíram e ainda constituem uma documentação fundamental, hoje sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial, para a identificação, o controle, a preservação e a divulgação da coleção Geyer.

Por tudo isto, podemos afirmar que o Museu Imperial e sua equipe, ao cumprirem as determinações legais e administrativas originadas pela decisão de Paulo e Maria Cecília quanto à doação de sua residência e coleção, não ignoraram a inspiração cívica, a motivação pessoal e a vontade legítima de ambos os doadores para que esse inestimável patrimônio cultural fosse integralmente conhecido e preservado. Esses sentimentos foram tornados públicos pelo casal quando firmaram com a autarquia federal (IPHAN) a já citada escritura de doação, em 8 de abril de 1999, ou quando assim se expressaram, em muitas ocasiões, em depoimentos e entrevistas a amigos,

jornais, revistas e canais de televisão. Vontade que tem sido reconhecida pelo público e valorizada pela instituição com a promoção de exposições, a publicação de livros, a digitalização do acervo e o pedido de tombamento da Casa e da Coleção Geyer.

Em 2008, contudo, as atividades do Museu Imperial na residência foram suspensas, por determinação da doadora. Uma ação declaratória foi ajuizada por seus advogados, na 29ª vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, face ao Instituto Brasileiro de Museus, contestando a abrangência da doação e, especificamente, a inclusão de determinados bens móveis da coleção Geyer (notadamente livros e obras de arte que integram a brasileira), entre os itens incorporados ao patrimônio público. Em 2013, no entanto, essa ação foi julgada improcedente, constando nos autos do processo as provas documentais e testemunhais, circunstanciadas e minuciosas, que fundamentaram a decisão judicial favorável à União e, conseqüentemente, a incorporação de todos os 4.255 bens da coleção Geyer ao patrimônio público, tal como estabelecido pelo inventário do Museu Imperial.

A apresentação desta comunicação no XXXIII Colóquio do CBHA representa, assim, um esforço de síntese da experiência pessoal e institucional, por mais de uma década, no enfrentamento dos desafios colocados pela doação de uma coleção privada a um museu nacional. Afinal, os museus e seus técnicos, ocupando-se de bens culturais incorporados ao seu acervo, público ou privado, constroem múltiplas narrativas e, com elas, sentidos



diversos para as negociações e disputas envolvendo esse patrimônio. No presente caso, os interesses em questão seriam matéria para muitas outras narrativas e discussões.



Figura 1 - A Casa Geyer, no Rio de Janeiro (Foto de Pedro Osvaldo Cruz, 1999)



Figura 2 - Jornal O Globo, 9 de abril de 1999



Figura 3 - Revista *Veja*, 18 de março de 2009.

